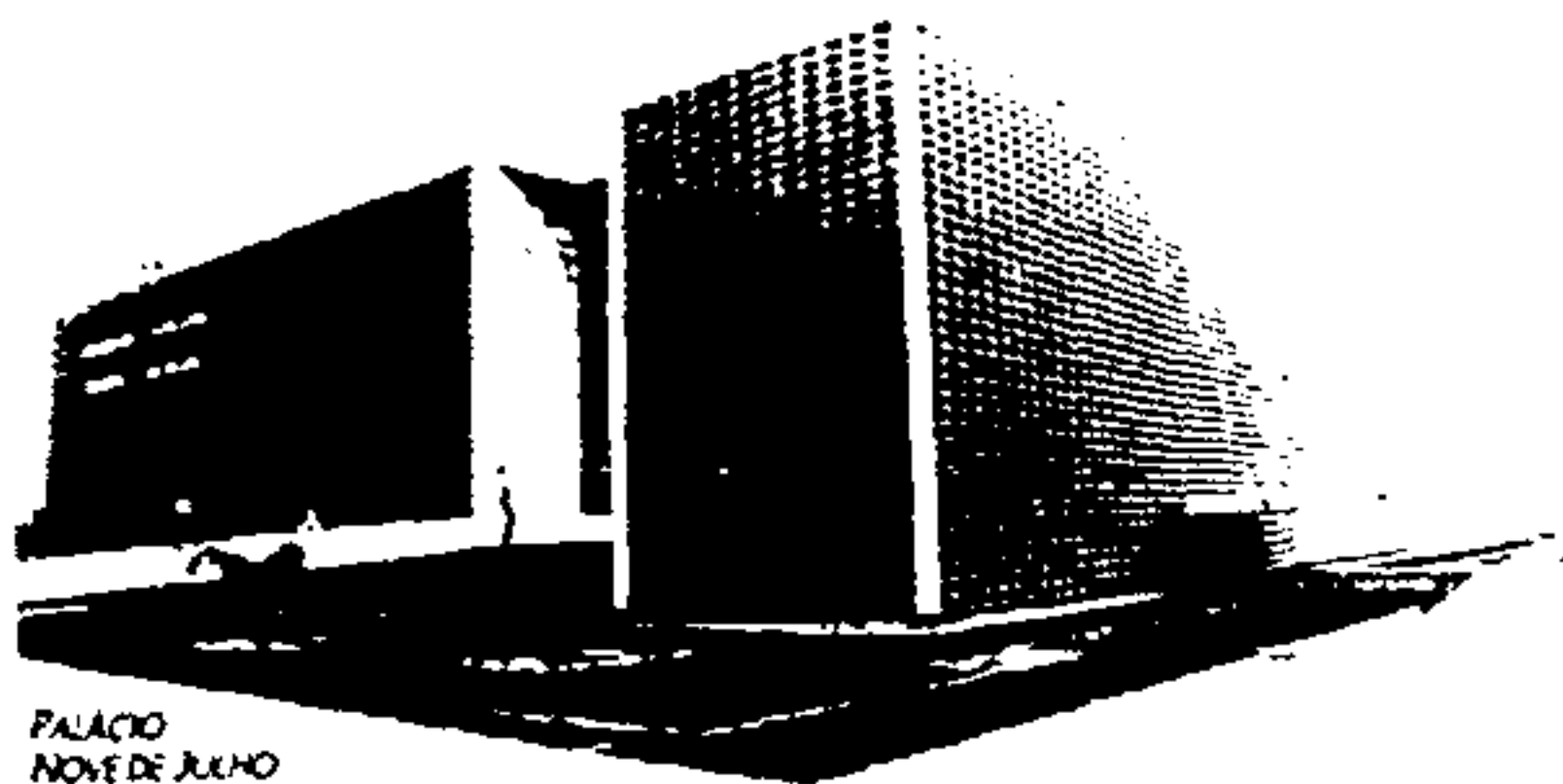




ERRATA

RESOLUÇÃO N.º 651, DE 16 DE MAIO DE 1985

Aprova as conclusões formuladas pela Comissão Especial de Inquérito constituída com a finalidade de apurar a real situação do desemprego em São Paulo e propor medidas para a sua superação

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "I" do inciso II do artigo 14 da IV Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1.º — Ficam aprovadas as conclusões formuladas pela Comissão Especial de Inquérito constituída com a finalidade de apurar a real situação do desemprego em São Paulo e propor medidas para a sua superação, na forma das proposições em anexo que consubstanciam os seguintes objetivos:

I — apelar ao Governo Federal no sentido de que promova o fim dos acordos com o Fundo Monetário Internacional, que têm contribuído para o agravamento da crise e da recessão em nosso País, e, consequentemente, do desemprego (anexo 1);

II — apelar ao Governo Federal no sentido de que adote providências, objetivando o fim do atual modelo econômico recessivo e dependente do capital estrangeiro e a reformulação da política econômica do país, de forma a reativar nossa economia e impedir a sangria de nossas divisas para o exterior em benefício dos bancos estrangeiros e das multinacionais (anexo 2);

III — apelar ao Governo Federal no sentido de que promova uma reforma agrária que efetivamente crie condições para que o trabalhador rural possa desenvolver sua produção, fixando-se no campo e detendo o processo da ampliação do êxodo rural (anexo 3);

IV — indicar ao Poder Executivo a necessidade de promover uma política agrária que resulte na distribuição das terras devolutas e das áreas improdutivas de propriedade do Estado aos pequenos agricultores, medida essa a ser complementada com o apoio técnico permanente dos órgãos especializados (anexo 4);

V — apelar ao Presidente da República e ao Congresso Nacional no sentido de ser instituído o salário-desemprego, como medida de urgência para dar assistência aos desempregados e às suas famílias (anexo 5);

VI — apelar ao Congresso Nacional no sentido de que promova, com urgência, os seguintes projetos que visam o combate ao desemprego e às suas consequências: PL n.º 1.495/83, apresentado pelo Deputado Flávio Bierrenbach; PL n.º 170/83, apresentado pelo Deputado Paulo Micarone; PL n.º 1.126/83, apresentado pelo Deputado Aurélio Peres; PLs n.ºs 8/83, 364/83, 365/83 e 392/83, apresentados pelo Deputado Ailton Soares (anexo 6);

VII — indicar ao Poder Executivo estadual a necessidade da criação do passe-desemprego, a fim de que o trabalhador possa deslocar-se em busca de trabalho, principalmente na Região da Grande São Paulo (anexo 7);

VIII — promover e apoiar manifestações em prol das eleições diretas já, a fim de permitir ao povo brasileiro a necessária participação política na condução dos destinos de nosso país;

IX — indicar à Mesa da Assembléia Legislativa se digne encaminhar cópia do Relatório Final desta CEI para: a) todos os Sindicatos com base no Estado de São Paulo; b) todas as Federações com base no Estado de São Paulo; c) todos os Deputados Federais e Senadores por São Paulo; d) a todos os deputados; e) à FIESP, à CIESP, à Associação Comercial, à Federação do Comércio do Estado de São Paulo, ao SINE/SP, à FETAESP, à CUT e à CONCLAT; f) ao Ministério da Previdência Social; g) ao Ministério da Agricultura; h) ao Conselho de Segurança Nacional; i) ao Ministério do Planejamento; j) ao Secretário das Relações do Trabalho do Estado de São Paulo; l) ao Secretário do Planejamento do Estado de São Paulo; m) ao Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo;

X — indicar ao Poder Executivo a necessidade de que o mesmo promova gestões junto às autoridades e órgãos competentes no sentido de ser concedida aos trabalhadores desempregados isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, bem como das taxas de água e de luz (anexo 8).

XI — indicar à Egrégia Mesa se digne constituir, nos termos do artigo 35 do Regimento Interno, uma Comissão de Representação composta pelos Membros desta CEI, com a finalidade de levar ao Ministério do Trabalho, ao Congresso Nacional e ao Presidente da República o Relatório Final e a presente Resolução.

Artigo 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 16-5-85

- a) Luiz Carlos Santos, Presidente
a) Rubens Laia, 1.º Secretário
a) Arthur Alves Pinto, 2.º Secretário.

ANEXO I

MOÇÃO N.º DE 1985

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dirige veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República no sentido de que tome urgentes providências, por intermédio dos órgãos competentes, objetivando o fim dos acordos celebrados com o Fundo Monetário Internacional, que têm contribuído para o agravamento da crise e da recessão em nosso País e, consequentemente, do desemprego.

ANEXO II

MOÇÃO N.º DE 1985

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dirige veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República no sentido de que tome urgentes providências, por intermédio dos órgãos com-

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

10.ª Legislatura

petentes, objetivando a reestruturação do atual modelo econômico recessivo e dependente do capital estrangeiro e a reformulação da política econômica do País, de forma a reativar nossa economia e impedir a sangria de nossas divisas para o Exterior em benefício dos bancos estrangeiros e das multinacionais.

ANEXO III
MOÇÃO N.º DE 1985

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dirige veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República no sentido de que tome urgentes providências, por intermédio dos órgãos competentes, objetivando a realização de uma reforma agrária que efetivamente crie condições para que o trabalhador rural possa desenvolver sua produção, fixando-se no campo e detendo o processo de ampliação do êxodo rural.

ANEXO IV
INDICAÇÃO N.º DE 1985

Indicamos, nos termos regimentais, ao Senhor Chefe do Poder Executivo se digne adotar urgentes providências no sentido de ser posta em prática uma política agrária que resulte na distribuição das terras devolutas e das áreas improdutivas de propriedade do Estado aos pequenos agricultores, medida essa a ser complementada com o apoio técnico permanente dos órgãos especializados.

ANEXO V
MOÇÃO N.º DE 1985

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dirige veemente apelo às Suas Excelências o Senhor Presidente da República, Presidente e demais membros do Congresso Nacional no sentido de adotarem imediatas providências objetivando a instituição do salário-desemprego, como medida de urgência para assistir os desempregados e as suas famílias.

ANEXO VI
MOÇÃO N.º DE 1985

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dirige veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros do Congresso Nacional no sentido de serem aprovados, com urgência, os Projetos de lei ns. 1.495/83, 170/83, 392/83, 1.126/83, 364/83, 365/83 e 8/83, em tramitação no Parlamento e que objetivam o combate ao desemprego e às suas consequências.

ANEXO VII
INDICAÇÃO N.º DE 1985

Indicamos, nos termos regimentais, se digne o Senhor Chefe do Poder Executivo adotar urgentes providências no sentido de ser instituído o passe-desemprego, a fim de permitir que o trabalhador possa deslocar-se em busca de novo posto de trabalho, principalmente na Região da Grande São Paulo.

ANEXO VIII
INDICAÇÃO N.º DE 1985

Indicamos, nos termos regimentais, se digne o Senhor Chefe do Poder Executivo promover as gestões cabíveis junto às autoridades e órgãos competentes no sentido de ser concedida aos trabalhadores desempregados isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, bem como das taxas de água e de luz.

(Publicado no D.A. de 17-5-85.)

Ordens do Dia

20 de maio de 1985
94.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação da Moção nº 358, de 1985, apresentada pelo deputado José Yunes, apelando para o Sr. Presidente do Congresso Nacional no sentido de ser apresentada Proposta de Emenda Constitucional, transferindo o produto da arrecadação da TRU para os municípios. Parecer nº 2372, de 1984, da Comissão de Justiça, favorável.

2 - Discussão e votação da Moção nº 364, de 1984, apresentada pelo deputado Sylvio Martini, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem adotadas providências visando melhorar o atendimento do INAMPS no Município de Andradina. Parecer nº 9, de 1985, da Comissão de Promoção Social, favorável.

20 de maio de 1985
95.ª Sessão Ordinária

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 698, de 1984, apresentado pelo deputado Luiz Maximo, dispondo sobre habitação de interesse social e moradia econômica. Pareceres nºs. 302 e 303, de 1985, respectivamente das Comissões de Justiça e de Assuntos Municipais, favoráveis.

2 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 562, de 1983, apresentado pelo deputado Wadih Helú, dando a denominação de "Doutor Paulo Lauro" à Escola Estadual de Primeiro Grau do Jardim Ruycy, em Jandira. Parecer nº 1018, de 1984, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 1019, de 1984, na forma da emenda da Comissão de Justiça.

3 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 634, de 1984, apresentado pelo deputado Mauro Bragato, declarando de utilidade pública o "Centro Comunitário São Benedito", de Lins. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 228, de 1985.

4 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 690, de 1984, apresentado pelo deputado Roberto Purini, dando a denominação de "Eng. Agr. Eduir Paes de Barros" à Delegacia Agrícola de Bauru. Parecer nº 298, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável.

5 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 780, de 1984, apresentado pelo deputado Ricardo Izar, dando a denominação de "Joaquim Perpétuo" à Escola Estadual de 1º Grau do Sítio Santo Antonio, em Itaquaquecetuba. Parecer nº 332, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 333, de 1985.

6 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 843, de 1984, apresentado pelo deputado Milton Baldochi, dando a denominação de "João Mascif Chalupp" à 2ª Escola Estadual de 1º Grau de Anador Bueno, em Itapevi. Parecer nº 342, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 343, de 1985.

7 - Votação "ad referendum" do Projeto de lei nº 117, de 1985, apresentado pelo deputado Ionico Ramos, dando a denominação de "Genny Villas Boas Mercatelli" à Escola Estadual de 1º Grau Bosque de Versaille, em Araras. Parecer nº 344, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer nº 345, de 1985.

PROPOSIÇÃO QUE INDEPENDE DE PARECER

NAS DEPENDÊ DE DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

8 - Votação do pedido de retirada do Projeto de lei nº 779, de 1984, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre a constituição do Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar. Com emendas. Parecer nº 250, de 1985, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto, contrário às emendas e com emenda.

Pauta

20 de maio de 1985
94.ª Sessão Ordinária

Em pauta por cinco sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o Artigo 160 e o item 3, parágrafo único do Artigo 152 do Regimento Interno

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 267, de 1985, apresentado pelo deputado Enílio Justo, dando a denominação de "Dr. Manoel Hyppolito do Rego" à Rodovia SP-55, no trecho que liga Bertiooga a Ubatuba.

2 - Projeto de lei nº 268, de 1985, apresentado pelo deputado Archimedes Lammoglia, dando a denominação de "Professor Marcelo Tadeu de Oliveira Castro Campo Marques" à EEPG Parque Marabá, de Taboão da Serra.

3 - Projeto de lei nº 269, de 1985, apresentado pelo deputado Fausto Rocha, autorizando o Executivo a alienar, por doação, a entidade Movimento de Assistência aos Encarcerados do Estado de São Paulo, imóvel situado na Capital, destinado à instalação de sua sede e do lar "Minha Casa".

4 - Projeto de lei nº 270, de 1985, apresentado pelo deputado Marcos Aurélio Ribeiro, declarando de utilidade pública o "Centro Social São José", da Capital.

5 - Projeto de lei nº 271, de 1985, apresentado pelo deputado Evandro Mesquita, tornando obrigatório exame oftalmológico nos alunos das escolas oficiais, por ocasião da matrícula.

6 - Moção nº 178, de 1985, apresentada pelo deputado Walter Lazzarini, apelando para o Congresso Nacional no sentido de ser aprovado o Projeto de lei nº 4986, de 1985, que dispõe sobre a profissão de Secretário.

7 - Moção nº 179, de 1985, apresentada pelo deputado Augusto Toscano, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser dispensado o alvará prévio para recolhimento do laudêmio e autorização para transações, entre brasileiros, que envolvam benfeitorias em terrenos de marinha, do patrimônio da União.

2ª Sessão

1 - Projeto de Resolução nº 13, de 1985, apresentado pelo deputado Hélio Cesar Rosas, criando a Comissão de Fiscalização e Controle.

2 - Projeto de lei Complementar nº 16, de 1985, apresentado pelo Sr. Governador, retificando enquadramento do cargo de Encarregado de Setor (Laboratório) constante do anexo II a que se refere o artigo 69 da Lei Complementar nº 180, de 12-5-78.

3 - Projeto de lei Complementar nº 17, de 1985, apresentado pelo Sr. Governador, criando cargos de Salva-Vidas no Quadro da Secretaria de Esportes e Turismo.

4 - Projeto de lei Complementar nº 18, de 1985, apresentado pelo Sr. Governador, retificando enquadramento de cargo incluído no Anexo II do Decreto-Lei Complementar nº 11, de 02/3/70, pela Lei Complementar nº 77, de 13/7/73.

5 - Projeto de lei Complementar nº 19, de 1985, apresentado pelo deputado Walter Mendes, alterando dispositivo do artigo 56 da Lei Complementar nº 304, de 28/12/82, objetivando alterar o limite de idade para ingresso na carreira do Ministério Público.

6 - Projeto de lei nº 260, de 1985, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre alienação, por doação, ao Município de Presidente Bernardes, de imóvel nele situado.

7 - Projeto de lei nº 261, de 1985, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre contagem de tempo de serviço de advocacia, para todos os efeitos legais, aos integrantes da carreira de Delegado de Polícia.

8 - Projeto de lei nº 262, de 1985, apresentado pelo Sr. Governador, dando a denominação de "Pastor e Vereador Antônio Grotkowski" à Escola Estadual de 1º Grau do Jardim Novo Portugal, em Guarulhos.

9 - Projeto de lei nº 263, de 1985, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a denominação da SP-50 e atribuindo patronímico à SP-66, no trecho que liga São José dos Campos à Cachoeira Paulista.

10 - Projeto de lei nº 264, de 1985, apresentado pelo deputado Milton Baldochi, dando a denominação de "Prof. Luiz Roberto Pinheiro Alegretti" à Escola Estadual de 1º Grau da Vila Garcia, em Bragança Paulista.